

CORREIO BASTIDORES

POR
FERNANDO MOLICA

Jefferson Rudy/Agência Senado



Filho de ex-presidente quer o Palácio do Planalto

Sem alternativa, Centrão se rende a Flávio Bolsonaro

Não é só o presidente do PP, senador Ciro Nogueira (PI), que, entre lideranças do Centrão, considera irreversível a candidatura do também senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) à Presidência.

Depois do susto com o anúncio da escolha de seu primogênito por Jair Bolsonaro e das poucas manifestações de entusiasmo pela opção, o cenário ficou mais tranquilo para o OI entre os partidos que gravitam pelo universo da direita e da centro direita.

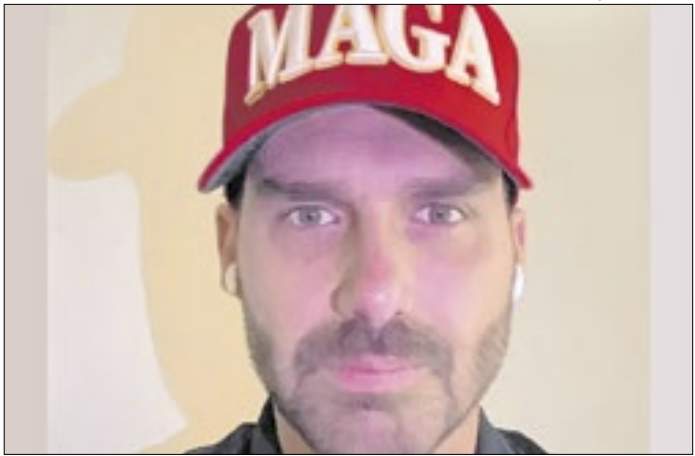
A aceitação de Flávio nasce da constatação de que é impossível para a oposição sonhar em ganhar do presidente Lula (PT) sem o eleitorado do ex-presidente. E ele está fechado com o filho e não quer saber de conversa.

Tanto faz

A polarização é outro fator que contribui para a aceitação de Flávio. As pesquisas, como a da Quaest de dezembro, registram o favoritismo de Lula num eventual segundo turno, mas, independentemente do adversário, seus percentuais quase não variam.

Segundo o levantamento, dependendo do candidato de oposição, o atual presidente teria, na rodada definitiva, 44% e 46%, percentuais dentro da margem de erro.

reprodução de live



Eduardo, citado como possível futuro chanceler

Tarefa: evitar novos erros

A conclusão mais ou menos consensual dentro do Centrão é de que não valeria a pena comprar uma briga com a família Bolsonaro para tentar forçar uma candidatura do preferido do grupo, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos).

O mais razoável será tentar administrar a pré-candidatura de Flávio e procurar evitar novos, erros como o que ele cometeu ao admitir a possibilidade de nomear o irmão Eduardo, ex-deputado que teve o mandato cassado por faltas, para ministro das Relações Exteriores.

Governadores na pista

Por via das dúvidas, os governadores Romeu Zema (Minas), Ronaldo Caiado (Goiás) e Ratinho Júnior (Paraná) mantêm suas pré-candidaturas.

Avaliam que, neste momento, o melhor é esperar a evolução dos fatos, ver o que vai acontecer com o projeto Flávio Bolsonaro. Se o cavalo passar selado na frente deles, não vacilarão em montá-lo.

Dilema

A eventual candidatura de Ratinho Júnior criaria um problema adicional para Lula. Ele é filiado ao PSD, o que, em tese, impediria que o prefeito do Rio, Eduardo Paes, mantivesse a aliança com o presidente. Presidente-dono do partido, Gilberto Kassab, por enquanto, prefere ficar quieto.

Busca de paz

Por falar no Paes: o prefeito telefonou para o babalaô Ivanir dos Santos para tentar acabar com a discussão iniciada quando este criticou a montagem de um palco gospel no Réveillon de Copacabana. Ivanir topou conversar pessoalmente com Paes, mas adiantou que não vai cancelar os atos já marcados.

Ogum na área

Além de ter prometido mandar fazer uma estátua de Tata Tancredo (que levou a festa de Iemanjá para as praias cariocas), o prefeito vai ter que arrumar lugar na região da Pequena África para uma escultura que representa Ogum, orixá guerreiro, que será encomendada por José Junior, do Afroreggae.

Vila canta América

Quarta passada, quatro dias depois da invasão norte-americana à Venezuela, a Vila Isabel começou o esquentar do seu ensaio de rua com o samba do enredo campeão de 2006, “Soy loco por ti América, a Vila canta a latinidade”. Parte do desfile foi financiado pela PDVSA, estatal petrolífera venezuelana. O país era então presidido por Hugo Chávez.

Vítimas e algozes

Diante do veto ao projeto que beneficia condenados por golpismo, integrantes da oposição lembraram que militantes de esquerda foram anistiados durante o regime militar. Mas houve uma diferença: diferentemente de Bolsonaro e aliados, os anistiados lutaram contra uma ditadura, não para implantá-la.

Lembrete

Na carta em que agradece o convite para participar de evento que lembrou a intencionalidade de 8 de janeiro, o ex-ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal, citou o filósofo austríaco Karl Popper (1902-1994): “A tolerância ilimitada conduz, paradoxalmente, à destruição da própria tolerância”.



Jhonatan recuou após forte pressão política

TCU suspende inspeção no caso Master

Recuo ocorre após forte repercussão política

Por Beatriz Matos

Antecipada pela coluna do jornalista Tales Faria, do Correio da Manhã, a decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) de suspender a inspeção de documentos no Banco Central (BC), no âmbito do caso envolvendo o Banco Master, marca um recuo da Corte diante da forte repercussão política e institucional do episódio.

O ministro relator Jonathan de Jesus atendeu a um recurso do próprio BC e determinou que o tema seja analisado pelo plenário do TCU, instância máxima do tribunal.

No despacho, formalizado nesta quinta-feira (8), o ministro Jonathan afirmou que o caso ganhou “dimensão pública com contornos desproporcionais” para o que classificou como uma atividade instrutória corriqueira da Corte. Segundo ele, a controvérsia precisa ser submetida ao crivo do colegiado para “estabilizar institucionalmente a matéria”.

Recuo institucional

A suspensão da inspeção ocorre após dias de pressão sobre o presidente do Tribunal de Contas da União, ministro Vital do Rêgo. Nos bastidores, ele foi procurado por diversas autoridades, entre elas o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que manifestou preocupação com uma eventual reversão da liquidação do Master.

O temor no governo é de que uma descontinuidade do processo gerasse prejuízos futuros ao Tesouro Nacional. Vital do Rêgo já sinalizou que pretende se reunir pessoalmente, na próxima semana, com autoridades envolvidas para discutir o tema. Nos bastidores, o que se sabe, é que ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o presidente do TCU afirmou que uma eventual “desliquidação” do banco caberia exclusivamente ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Risco sistêmico

Para a advogada Daniela Poli Vlavianos, do escritório Arman Advocacia, a atuação do TCU nesse contexto pode produzir efeitos que vão além do caso concreto.

Segundo ela, “a atuação do Tribunal de Contas da União no caso do Banco Master, especialmente quando direcionada a questionar ou inspecionar atos típicos de supervisão prudencial do Banco Central do Brasil, possui potencial concreto de gerar insegurança institucional”.

A especialista destaca que o sistema financeiro brasileiro se apoia na autonomia técnica do BC para tomar decisões rápidas e fundamentadas em momentos de crise.

“Quando decisões do TCU avançam sobre esse núcleo decisório, cria-se uma zona de sobreposição de competências que fragiliza a previsibilidade do arcabouço regulatório”, afirmou.